



A falta de pessoal, o excesso de trabalho e as atividades realizadas por meio de movimentos repetitivos continuam sendo as principais reclamações (e causas de adoecimento) dos trabalhadores da Justiça Federal. Atrélado a isso existe o receio de represálias por parte das chefias caso as denúncias se tornem públicas, ou seja, que venham acompanhadas do nome e do setor em que trabalha o servidor denunciante. Dos vários contatos realizados pelo **Direito & Avesso** para esta matéria, diversos servidores não retornaram a ligação com medo de ter seus nomes publicados. Ainda que sejam escritas apenas as iniciais ou mesmo um nome fictício, ao relatar o tipo de trabalho realizado e as condições a que se encontram esses servidores fica fácil, segundo o senso comum que impera junto à categoria, descobrir o autor da reclamação. De qualquer forma, alguns colegas concordaram em falar com o **D&A** para denunciar o descaso a que estão submetidos no dia-a-dia.

Foto: Leandro Dora



No TRF e na 1ª Instância, servidores sofrem com excesso de trabalho, quadro muitas vezes agravado pela pressão das chefias

Um deles é Luiz Comoretto, do 2º Juizado Especial Previdenciário. Há 16 anos trabalhando no serviço público, Luiz afirma que a área em que atua já foi exemplo de eficiência e atendimento. “De quatro anos para cá, desde a criação dos Juizados Especiais, a situação tem piorado. Há muito serviço para ser realizado e não temos pessoal suficiente para atender a toda a demanda apresentada”, explica. Segundo ele, o resultado disso é o alto estresse verificado em alguns colegas. Pela experiência acumulada em década e meia de atividade profissional na Justiça Federal, Comoretto acredita que seria necessário um incremento de pelo menos 50% no quadro de funcionários, que hoje conta com 12 pessoas (incluindo a direção), além dos quatro estagiários que atualmente dão expediente no juizado. “Apesar das reclamações que já fizemos junto à direção, não se comenta nada sobre a contratação de novos servidores. Além disso, o público que vem até aqui acaba nos culpando, achando que somos os verdadeiros responsáveis pela demora nos trâmites dos processos. Eles não sabem que o problema é mais em cima, que o problema é a má administração tanto no INSS quanto no governo federal”, relata.

O acúmulo de trabalho, assim como o fato de servirem e atuarem como uma espécie de pára-choques entre aposentados e governo, acredita Luiz, são as principais causas do estresse que levou, inclusive, a um funcionário iniciar acompanhamentos médico e psicológico. “O problema é que não há perspectiva. A solução, no momento, é ir levando. E pensar que já fomos uma das melhores Varas de Porto Alegre”, diz.

Se o excesso de trabalho ou a falta de pessoal não são os principais problemas enfrentados por Denise Nácul, atualmente lotada na 5ª Turma do TRF, o

NO LIMITE

Adoecimento, falta de pessoal e receio de reclamar: assim é o dia-a-dia de muitos servidores da Justiça Federal

por Marcelo Antunes

esforço repetitivo no dia-a-dia e a falta de atitudes preventivas são o grande vilão e o causador da uma tendinite diagnosticada por ela há dois anos. “O importante é não deixar o caso se agravar, tornar-se crônico. Mas é preciso estipular intervalos e diversificação nesse tipo de função, além de ginástica laboral. Também é necessário que haja compreensão das pessoas”, diz. Denise ressalva, porém, que muitas vezes as chefias até entendem a situação, ao contrário dos colegas. “Eles acham que você está se deitando nas cordas ou que possui um ritmo lento”, explica.

Pressão e submissão

Ao mesmo tempo em que o número de servidores é insuficiente para atender a toda a demanda do trabalho diário e que é notória a pressão das chefias para que ele seja realizado o mais rápido possi-

vel, explica. Denise acredita que não teria tais dificuldades caso houvesse algumas ações no sentido de minimizar o ritmo do trabalho. “O importante é não deixar o caso se agravar, tornar-se crônico. Mas é preciso estipular intervalos e diversificação nesse tipo de função, além de ginástica laboral. Também é necessário que haja compreensão das pessoas”, diz. Denise ressalva, porém, que muitas vezes as chefias até entendem a situação, ao contrário dos colegas. “Eles acham que você está se deitando nas cordas ou que possui um ritmo lento”, explica.

Ao mesmo tempo em que o número de servidores é insuficiente para atender a toda a demanda do trabalho diário e que é notória a pressão das chefias para que ele seja realizado o mais rápido possi-

A história, nossa maior aliada na compreensão dos acontecimentos que invariavelmente modificam as estruturas sociais e a correlação de forças no tempo, nos ensina que sempre houve, nas vitórias sociais e nas mudanças estruturais, a união de forças, em geral antagônicas, na luta contra injustiças ou melhorias sociais. França e Inglaterra, rivais desde quase suas existências, uniram forças de forma

um estorvo para o serviço público

por Sérgio Amorim dos Santos *

Funções comissionadas:

muito consistente, não uma, mas pelo menos duas vezes, a fim de impedir, na I Guerra Mundial, o expansionismo imperialista da tríplice entente e, na II Guerra, contra o nazi-facismo. Foi, como se sabe, uma aliança pontual, desfeita logo após as vitórias, por desavenças históricas, mas foi uma união plenamente vitoriosa no seu objetivo. No Brasil, uniram-se em torno da democracia e contra a ditadura militar forças tão contrárias quanto os pólos magnéticos de um ímã: Carlos Lacerda, João Goulart, Ulysses Guimarães e Juscelino Kubitschek.

A união de forças, operária e estudantil, base da luta de classes, sempre mostrou-se positiva e conquistadora, capaz de mudar conceitos e revolucionar a história, eis que convergiam para os mesmos objetivos, pois eram originadas dos mesmos problemas.

No serviço público, porém, o mesmo não ocorre. A difusão de interesses dentro de uma mesma classe do serviço público dá-se por um instrumento administrativo criado, ao que parece, para o estrito fim de provocar a discórdia entre iguais: as funções comissionadas e as gratificações. Não há um motivo plausível, caracterizado na modernidade técnica e administrativa, para a existência ainda de tal aberração dentro do serviço público. Exceto a de criar, informalmente, duas ou três classes de servidores.

Assim, convivem muitas vezes num mesmo patamar hierárquico os que possuem gratificação e os que não a possuem. Os primeiros equilibram-se na sustentação desse benefício, em geral temporário e de caráter pessoal. Os outros, tão servidores como os primeiros, parecem não ser dotados do mesmo comprometimento com o serviço público, ficando estereotipados em uma subclasse. Disse duas ou três classes pois, entre as duas já citadas, paira uma terceira classe de servidores: aqueles que, honestamente, almejam ser mercedores da tal gratificação, que muitas vezes é política e, não raro, arbitrariamente distribuída.

É louvável a convivência com (uma minoria de) servidores que, mesmo usufruindo de tal benefício, objeto lógico de sua capacidade profissional, não se colocam como uma “casta” à parte dos demais colegas, tendo a real noção de que o que deve ser cuidado em primeiro lugar na construção da carreira é a dignidade do cargo público como um alicerce forte e não a maquiagem da função como uma pintura nova, mas sempre sujeita às intempéries.



A sólida união dos servidores em torno de um órgão representativo mais forte e a luta unificada para a construção de um serviço público inatacável do ponto de vista da dignidade, da probidade e da competência passa, necessariamente, pela revisão do conceito de distribuição das funções gratificadas e comissionadas dentro do serviço público, em especial no Judiciário.

O conceito e a forma de acesso hoje instituídos não podem mais continuar sendo objeto de divisões pontuais entre aqueles que podem livremente manifestar suas idéias e contrariedades, unindo-se aos seus iguais a fim de multiplicar forças, e aqueles que, presos às (particularmente merecidas) cifras extras de seus contracheques, abrem mão da palavra e da insatisfação, vendo o alicerce ser atacado e crendo

que aquela fina camada de tinta poderá sustentar seu futuro como servidor público.

É preciso que a categoria reaja e crie condições para transformar um dos principais pontos de discórdia e disputa dentro do serviço público, a fim de que, mais iguais, possamos passar a uma outra fase de conquistas, na qual todos sairemos ganhando com o fortalecimento e o reconhecimento de nossas carreiras, para que a disputa interna, se houver, possa ser feita de forma solidária, honesta e baseada na avaliação da capacidade profissional de cada um, para que, uma vez concedida, não possa ser atacada por adjetivos que desqualificam não só os detentores de tais cargos, mas, também, aqueles que naturalmente os almejam e a categoria como um todo.

* Servidor lotado na Vara do Trabalho de Taquara